MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

A CONTRIBUIÇÃO DA PARADIPLOMACIA MUNICIPAL SUL-AMERICANA PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL EM ZONAS DE FRONTEIRA: A REDE MERCOCIDADES E A INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA NO ÂMBITO DO MERCOSUL

JOSÉLI FIORIN GOMES
Doutora em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professora Adjunta do Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

RESUMO: O cenário atual das relações internacionais apresenta dois fenômenos relevantes, a integração regional e a paradiplomacia. Estes elementos, no âmbito sul-americano, encontram-se interligados, manifestando-se na Rede Mercocidades. Esta é organização de municípios sul-americanos, a qual foi formada, inicialmente, para promover a participação de governos locais junto ao MERCOSUL. Em face disso, devido à crescente relevância adquirida pelas cidades no âmbito internacional, vislumbra-se possibilidade de a Rede contribuir para aprofundar a agenda de integração na região, explorando a questão premente da integração fronteiriça. Nesse contexto, o trabalho visa a examinar a atuação da Rede junto ao MERCOSUL. Com isso, objetiva-se averiguar o papel da Rede para desenvolver a questão fronteiriça no âmbito do bloco.

PALAVRAS-CHAVE: Integração fronteiriça; MERCOSUL; Mercocidades.

THE CONTRIBUTION OF SOUTH AMERICAN MUNICIPAL PARADIPLOMACY FOR REGIONAL INTEGRATION IN BORDER ZONES: MERCOCIUDADES NETWORK AND BORDER INTEGRATION WITHIN MERCOSUR

ABSTRACT: The current scenario of international relations presents two relevant phenomena, regional integration and paradiplomacy. These elements, in the South American context, are interconnected, manifesting themselves in the Mercociudades Network. This is an organization of South American municipalities, which was initially formed to promote the participation of local governments in MERCOSUR. Due to the increasing importance of cities in the international arena, one glimpses the possibility for the Network to contribute to deepening the integration agenda in the region, exploring the pressing issue of border integration. In this context, the work aims at examining the Network's activities with MERCOSUR. Therefore, it aims to investigate the role of the Network to develop the border issue within the bloc.

KEYWORDS: Border Integration; MERCOSUR; Mercociudades.

LA CONTRIBUCIÓN DE LA PARADIPLOMACÍA MUNICIPALISTA SUDAMERICANA PARA LA INTEGRACIÓN REGIONAL EN LAS ZONAS DE FRONTERA: LA RED DE MERCOCIUDADES E LA INTEGRACIÓN FRONTERIZA EN MERCOSUR

RESUMEN: El escenario actual de las relaciones internacionales presenta dos fenómenos relevantes, la integración regional y la paradiplomacia. Estos elementos, en el ámbito sudamericano, se encuentran interconectados, manifestándose en la Red de Mercociudades. Esta es una organización de municipios sudamericanos, la cual fue formada inicialmente para promover la participación de gobiernos locales junto al MERCOSUR. En vista de ello, debido a la creciente relevancia adquirida por las ciudades en el ámbito internacional, se vislumbra la posibilidad de que la Red contribuya a profundizar la agenda de integración en la región, explorando la cuestión urgente de la integración fronteriza. En este contexto, el trabajo busca examinar la actuación de la Red junto al MERCOSUR. Con ello, se pretende averiguar el papel de la Red para desarrollar la cuestión fronteriza en el ámbito del bloque.

PALABRAS-CLAVE: Integración Fronteriza; MERCOSUR; Mercociudades.

Introdução

Pela crescente urbanização mundial, é nas cidades que demandas compartilhadas globalmente são apresentadas. Frente a isso, e pelas decisões tomadas no âmbito da Terceira Conferência das Nações Unidas (ONU) sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável, ocorrida em 2016, os governos locais têm papel essencial para atingir as metas para os próximos anos.

Com isso, as cidades tiveram de ampliar seus horizontes de ação, pela busca de investimentos e de qualificação de sua gestão, tornando-se novos e essenciais atores das relações internacionais. Isto, então, tem provocado o repensar da diplomacia tradicional, a partir do conceito de paradiplomacia, cunhado para explicar a atuação internacional dos entes subnacionais. Nesse viés, a inserção internacional das cidades, seu envolvimento nas relações internacionais, assume um papel de extrema relevância para a integração regional.

No panorama atual das relações internacionais, a integração regional apresenta-se como parte essencial das agendas de política externa de diferentes países. Na América do Sul, a integração regional, nas últimas décadas, apresentou ampliação de sua agenda, ultrapassando o viés puramente econômico, para inserir preocupações relativas a aspectos políticos, sociais e culturais. Nestes aspectos, insere-se a questão, ainda pouco explorada, da integração fronteiriça, referente às ações coordenadas entre os países envolvidos para abarcar demandas das populações fronteiriças. Nesse sentido,

é tema que concerne aos governos locais, responsáveis pelas cidades nas quais estas habitam.

Em face disso, apresenta-se como ator de destaque neste cenário a Rede Mercocidades, formada para buscar a participação dos governos locais na integração mercosulina. A importância da participação de governos subnacionais na integração regional se dá pelo fato de estarem mais próximos às demandas dos cidadãos do que os governos nacionais, parecendo mais aptos a atendê-los. A Rede visa a que os governos municipais tornem-se protagonistas deste processo, adquirindo voz e espaço de atuação.

Nesse passo, o trabalho examina duas questões. A primeira perquire sobre a atuação da Rede Mercocidades, identificando sua relação com o MERCOSUL. A partir disso, a segunda questão refere-se a averiguar o papel da Rede em termos de desenvolvimento da temática da integração fronteiriça junto ao MERCOSUL.

A paradiplomacia na integração regional sul-americana: a Rede Mercocidades e suas relações com o MERCOSUL

A constante interação entre os diferentes âmbitos da vida em sociedade é sentida cotidianamente nas cidades, lançando-as às relações internacionais. A diplomacia, então, tem que se adaptar aos novos tempos, já que a ideia de que as relações internacionais apenas são realizadas pelo e para os governos nacionais centrais tornou-se obsoleta (TAVARES, 2013).

Em função disso, surge o fenômeno da paradiplomacia[1], a qual se trata de processo de atuação de entes subnacionais[2] em que interesses e demandas regionais ou locais são estabelecidos de modo global, trazendo-lhes maior legitimidade e novos parceiros no âmbito internacional (PRIETO, 2004, p. 252).

[1] Atividades de inserção internacional das unidades subnacionais, complementares, paralelas e, até, conflitantes à diplomacia central (FRONZAGLIA, 2004, p. 50). Segundo Duchacek, envolve apenas assuntos de *low politics*, identificando-se como microdiplomacia (1990, p. 18). Rodrigues refere-se ao fenômeno como "política externa federativa" (RODRIGUES, 2004).

[2] O termo é utilizado pela literatura especializada de modo majoritário. No entanto, há aqueles, como Castelo Branco e Prazeres, que entendem que se deveria utilizar o termo "subestatais", para respeitar a distinção entre Estado e Nação (CASTELO BRANCO, 2007, p. 56; PRAZERES, 2004, p. 283).

Nesse viés, a inserção internacional das cidades tem papel relevante para a concretização da integração regional.

Esta objetiva fortalecer os países, mediante cooperação econômica, política, social e cultural, ao promover o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida das suas populações. Parece ser este o caso do MERCOSUL. Para que as decisões tomadas no bloco pudessem ser influenciadas pelos governos locais, criou-se, em 1995, a Rede Mercocidades.

A Rede Mercocidades é uma organização de cooperação descentralizada[3], formada pelos governos locais da região sul-americana, sendo, atualmente, composta por 303 (trezentas e três) cidades da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Bolívia, países membros do MERCOSUL, e de Chile, Colômbia e Peru, países associados ao bloco. A Rede visa a fomentar o desenvolvimento de ações, programas e projetos de interesse intermunicipal que se relacionem ao processo de integração (MERCOCIUDADES, 2016). Portanto, trata-se de exemplo do fenômeno da paradiplomacia na integração regional sul-americana.

Diante disso, a Rede é organizada em estrutura com diversos órgãos. O principal é a Assembleia Geral, para deliberação e direção da Rede, constituída pelos chefes de governo das cidades, a qual se reúne anualmente. Para auxiliá-la há o Conselho, integrado por oito cidades dos países membros do MERCOSUL e quatro cidades dos países associados. Para representar a Rede, há a Presidência, que colabora com os demais órgãos, convocando e presidindo as suas reuniões. Até novembro de 2016, este órgão era denominado Secretaria Executiva. No entanto, por alteração institucional promovida no seio do Estatuto da Rede, aprovado durante a sua XX Cúpula, realizada em São Paulo, Brasil, passou a ser denominada de Presidência, atribuindo-se a esta instância maior relevância política. A Presidência foi exercida, até novembro de 2016, pela cidade de São Paulo, Brasil, passando, então, no biênio 2016/2017, para Santa Fé, Argentina. (MERCOCIUDADES, 2016). Junto deste órgão atua a Direção

[3] Cooperação horizontal ou descentralizada trata-se da relação substancial colaborativa entre governos subnacionais de diferentes países, com vistas ao desenvolvimento local sustentável, o que implica em algumas formas de trocas e suportes conduzidas por estas instituições ou outros atores locais entre si. (ANDRADE E BARROS, 2010, p. 6-10; HAFTECK, 2003, p. 336).

Executiva, para definir a política geral e as estratégias de atuação. Este órgão é formado pela Presidência, Vice-Presidências Temáticas, Comissão Diretiva e (a)Secretário(a) Executivo(a). (MERCOCIUDADES, 2016).

Às Vice-Presidências Temáticas compete promover o tema pelo qual são responsáveis junto aos governos locais da região. Há cinco Vice-Presidências Temáticas: a de Relações Institucionais, a de Desenvolvimento Urbano Sustentável e Mudança Climática, a de Integração Social, a de Economia Urbana e a de Integração Fronteiriça. Em 2016, primeiro ano de funcionamento destas instâncias, em razão da alteração institucional estatutária supramencionada, elas foram exercidas, respectivamente, pelos municípios de Canoas (Brasil), Rosario (Argentina), Lo Prado (Chile), Montevidéu (Uruguai) e Porto Alegre (Brasil). Atualmente, são exercidas, respectivamente, pelas cidades de Assunção (Paraguai), Rosario (Argentina), Puerto Montt (Chile), Montevidéu (Uruguai) e, em conjunto, por La Paz (Bolivia) e Porto Alegre (Brasil) (MERCOCIUDADES, 2016).

Por sua vez, a Comissão Diretiva presta apoio nas atividades de coordenação da Rede. É composta por três cidades, a que exerce a Presidência, a que a exerceu no período anterior e a que será a próxima a exercê-la. Atualmente, é composta pelas cidades de São Paulo (Brasil), Santa Fé (Argentina) e Córdoba (Argentina). O(A) Secretário(a) Executivo(a) é responsável pela gestão da Rede e por auxiliar seus trabalhos, segundo orientação da Diretoria Executiva. É designado(a) pela Presidência da Rede. Atualmente, o cargo é exercido por Simón González, diretor executivo da Agencia de Cooperación, Inversiones y Comercio Exterior, de Santa Fé (Argentina) (MERCOCIUDADES, 2016).

Como órgão auxiliar da Direção Executiva, há, ainda, a Secretaria Técnica Permanente, com sede em Montevidéu, Uruguai. Objetiva desenvolver a memória institucional da Rede, apoiar e assessorar o trabalho técnico e administrativo da Rede e manter o contato com a Secretaria do MERCOSUL, sendo em função desta última atribuição o fato de ser localizada em Montevidéu, Uruguai, local também sede do MERCOSUL. (MERCOCIUDADES, 2016).

Ademais, dentre os órgãos da Rede, deve-se destacar suas 15 (quinze) Unidades Temáticas (UT). As Unidades Temáticas dedicam-se aos seguintes

temas: Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Autonomia, Gestão e Participação; Ciência, Tecnologia e Capacitação; Cooperação internacional; Cultura; Desenvolvimento Econômico Local; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Urbano; Educação; Gênero e Município; Juventude; Planejamento Estratégico e Áreas Metropolitanas; Segurança Cidadã; Turismo e Integração Fronteiriça. No âmbito de algumas destas, há, ainda, 6 (seis) grupos e comissões de trabalho. Os grupos de trabalho são os de Cooperação Descentralizada (junto à UT de Cooperação Internacional), Cultura do Esporte, Atividade Física e Recreação (junto à UT de Cultura), e de Descapacidade e Inclusão (junto à UT de Desenvolvimento Social), enquanto as Comissões são de Economia Social e Solidária e de Fomento de Negócios (junto à UT de Desenvolvimento Econômico Local) e de Direitos Humanos (junto à UT de Desenvolvimento Social). Há, além disso, o Grupo de Comunicação, que atua junto à Comissão Diretiva e à Secretaria Técnica Permanente, o qual visa a avançar na implementação do Plano Estratégico de Comunicação da Rede em seus diversos âmbitos comunicacionais (interno, interinstitucional e externo), para melhorar a comunicação entre as suas instâncias e com outras instituições. (MERCOCIUDADES, 2016).

Estes órgãos discutem temas e realizam ações de interesse local e repercussão internacional. Permitem a troca de experiências entre as cidades, para ampliar o seu desenvolvimento econômico e social. Contam com a Coordenação de uma das cidades sócias e a subcoordenação de outras destas, realizando reuniões periódicas e atividades pertinentes às suas temáticas. (MERCOCIUDADES, 2016).

Atualmente, as UTs são coordenadas e subcoordenadas pelas cidades listadas no Quadro 1. E, os grupos de trabalho e comissões são coordenados e subcoordenados pelos municípios contidos no Quadro 2.

Quadro 1 -
Coordenações e Subcoordenações UTs 2016/2017
Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Rede Mercocidades (MERCOCIUDADES, 2016)

UT	Coordenação	Subcoordenação
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Córdoba (Argentina)	Esteban Echeverría (Argentina), Rosario (Argentina), Santa Fe (Argentina), Santa Lucía (Peru)
Autonomia, Gestão e Participação	Zárate (Argentina)	Puerto Montt (Chile) e Córdoba (Argentina)
Ciência, Tecnologia e Capacitação	Montevidéu (Uruguai)	Zárate (Argentina), La Plata (Argentina), Pilar (Argentina) e Rafaela (Argentina)
Cooperação Internacional	Comissão Diretiva e Secretaria Técnica Permanente [respectivamente, São Paulo (Brasil), Santa Fé (Argentina), Córdoba (Argentina) e Montevidéu (Uruguai)]	Lavalleja (Uruguai), La Paz (Bolivia) e Perrugorría (Argentina)
Cultura	La Paz (Bolivia)	Rosario (Argentina), Valparaíso (Chile), San José (Uruguai)
Desenvolvimento Econômico Local	Canelones (Uruguai)	Jaboatão dos Guararapes (Brasil), Perrugoría (Argentina), Santa Fé (Argentina), Quilpué (Chile), Itá

		(Paraguai) e Pimentel (Peru)
Desenvolvimento Social	Esteban Echeverría (Argentina)	Venado Tuerto (Argentina)
Desenvolvimento Urbano	San Antonio de Areco (Argentina)	Belo Horizonte (Brasil), Puerto Montt (Chile), Zárate (Argentina) e Perrugoría (Argentina)
Educação	Santa Fé (Argentina)	Córdoba (Argentina)
Gênero e Município	Montevidéu (Uruguai)	Santa Fé (Argentina), Quilmes (Argentina) e Rosario (Argentina)
Juventudes	Córdoba (Argentina)	Santa Fé (Argentina) e Porto Alegre (Brasil)
Planejamento Estratégico e Áreas Metropolitanas	Buenos Aires (Argentina)	Esteban Echeverría (Argentina), Puerto Montt (Chile), Canelones (Uruguai), Assunção (Paraguai), Pilar (Argentina) e Perrugoría (Argentina)
Segurança Cidadã	Tandil (Argentina)	Lavalleja (Uruguai), Puerto Montt (Chile), Córdoba (Argentina), Medellín (Colômbia) e Ocucaje (Peru)
Turismo	Tandil (Argentina)	Puerto Montt (Chile), Córdoba (Argentina), San Antonio de Areco (Argentina), Perrugoría (Argentina), Buenos Aires (Argentina),

		Lavalleja (Uruguai), Florida (Uruguai), Santa Fé (Argentina) e Ocucaje (Peru)
Integração Fronteiriça	Barra do Quaraí (Brasil) e Presidência [Santa Fé (Argentina)]	Porto Alegre (Brasil) e Santana do Livramento (Brasil)

Quadro 2 -
Coordenações e Subcoordenações Grupos de Trabalho 2016/2017
Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Rede Mercocidades (MERCOCIUDADES, 2016)

Grupo/Comissão de Trabalho	Coordenação	Subcoordenação
Cooperação Descentralizada	Comissão Diretiva e Secretaria Técnica Permanente [respectivamente, São Paulo (Brasil), Santa Fé (Argentina), Córdoba (Argentina) e Montevidéu (Uruguai)]	_
Cultura do Esporte, Atividade Física e Recreação	Parcona (Peru)	Porto Alegre (Brasil), Montevidéu (Uruguai), Pergamino (Argentina), Copacabana (Bolívia), Nuevo Chimbote (Peru) e Santa Fé (Argentina)
Economia Social e Solidária	Perrugoría (Argentina)	_
Fomento de Negócios	Santana do Parnaíba (Brasil)	_

Direitos Humanos	Montevidéu (Uruguai)	Rosario (Argentina) e Córdoba (Argentina)
Descapacidade e Inclusão	Montevidéu (Uruguai)	Villa Carlos Paz (Argentina), Rosario (Argentina), Santa Fé (Argentina) e São Paulo (Brasil)
Comunicação	Comissão Diretiva e Secretaria Técnica Permanente [respectivamente, São Paulo (Brasil), Santa Fé (Argentina), Córdoba (Argentina) e Montevidéu (Uruguai)]	_

Ao possuir órgãos especializados para expressar os interesses e demandas municipais, a Rede necessitava ter representação em estrutura jurídico-administrativa no MERCOSUL. Com isso, apresentou demanda em face ao bloco para criação de instância institucional para representação dos governos locais e regionais. Para tanto, estabeleceu-se, em 2004, o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (FCCR) (MERCOSUL, 2014). Este órgão consultivo foi criado pela Decisão n. 41/2004 do Conselho Mercado Comum (CMC) (MERCOSUL, 2014), estando atrelado ao Grupo Mercado Comum (GMC). Sua finalidade é estimular o diálogo e a cooperação entre as autoridades locais, tendo competência para propor medidas de coordenação de políticas para a promoção do bem-estar dos habitantes da região e formular recomendações ao GMC.

Este órgão é formado pelo Comitê de Municípios (COMUM) e pelo Comitê de Estados Federados, Províncias e Departamentos (CEFPD), bem como por uma Coordenação Geral, composta por Coordenadores Nacionais dos países do bloco (MERCOSUL, 2004). Conta, ainda, com uma Secretaria Técnica

Permanente, também de representantes nacionais (MERCOSUL; FCCR, 2014). O COMUM, por disposição transitória do Regimento Interno do FCCR, é presidido pela então Secretaria Executiva, hoje Presidência da Mercocidades.[4]

Desse modo, é ali que a Rede estabelece diálogo com o MERCOSUL, enviando-lhe recomendações. Por um lado, isto legitima a Rede como ator no processo de integração (DE MATOS, STEFFEN, 2012, p. 37). Por outro, o caráter ainda consultivo deste órgão não garante que as recomendações enviadas serão adotas pelos órgãos decisórios do bloco e, assim, transformadas em normativa deste, o que dificulta um maior impacto da atuação da rede para a tomada de decisões do bloco regional.

Mas esta participação traz outras oportunidades para que a Rede tenha influência na integração regional junto às suas cidades sócias. Uma delas é a possibilidade de o FCCR, como órgão do MERCOSUL, apresentar projetos de desenvolvimento regional junto ao Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM)[5], os quais podem ser originados de propostas trazidas pela Rede no comando do COMUM. Para tanto, é preciso reforçar a sua influência política no FCCR, para impulsionar as propostas das cidades.

Ainda, oportunidades de participação relevante para a Rede junto ao MERCOSUL se referem a laços estabelecidos com outros órgãos do bloco. Exemplo disso é o Convênio firmado entre a Rede e o Instituto Social do MERCOSUL (ISM)[6], que visa à cooperação em pesquisas, análise, promoção e difusão de processos e políticas de fortalecimento da integração, pela redução de assimetrias entre os Estados membros do bloco e pelo desenvolvimento humano integral, com articulação das políticas sociais. Também é exemplo disso

[4] Segundo o art. 27, do Regimento Interno do FCCR, "até dezembro de 2008, a Coordenação do Comitê de Municípios estará a cargo do governo local que exerça a Secretaria Executiva da Rede de Mercocidades". Contudo, até a finalizar-se o artigo, não havia se concretizado revisão ou reforma do referido Regimento para estabelecer, definitivamente, a representação municipal, mantendo-se a Secretaria Executiva da Rede, ainda temporariamente, no cargo. (MERCOSUL; FCCR, 2014).

[5] Criado pela Decisão CMC Nº 45/04, financia programas, promove a convergência estrutural, desenvolve a competitividade, promover a coesão social e apoia o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração. (MERCOSUL; FOCEM, 2014).

[6] O Instituto Social do MERCOSUL (ISM) é um órgão técnico-político, estabelecido em 2007 (CMC/DEC Nº 03/07), como resultado da iniciativa da Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do MERCOSUL (RMADS). Efetua pesquisas sobre políticas sociais e implementação de linhas estratégicas para consolidar a dimensão social do bloco e realiza iniciativas que contribuam à redução das assimetrias sociais entre os Estados Partes e para promoção do desenvolvimento humano integral. (MERCOSUL; ISM, 2014).

a aproximação entre a Rede e a Unidade de Apoio à Participação Social do MERCOSUL (UPS), órgão do bloco que busca fortalecer os mecanismos de participação social em sua estrutura. A Rede e a UPS, em 2014, assinaram convênio, que aguarda aprovação do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL para ser, então, aprovado pelas instâncias da Rede. (MERCOCIUDADES, 2015).

Frente a isso, a Rede tem encontrado espaços institucionais junto ao MERCOSUL para tentar inserir demandas municipais na condução das atividades do bloco. Contudo, estes espaços, sem competência decisória e normativa junto ao bloco, ainda muito atrelado às presidências e chancelarias dos Estados-partes e associados, possuem impactos reduzidos para a tomada de decisões do MERCOSUL. É preciso, portanto, fortalecer politicamente tais espaços, para que se garanta papel mais relevante aos governos locais.

Isto é especialmente importante no que tange a um dos temas que tem sido discutido no MERCOSUL nos últimos anos, qual seja a questão da integração fronteiriça. Segundo Sausi e Oddone (2015, p. 3), a integração regional não coloca fim às fronteiras nem às interações nestas ocorridas, mas as redimensiona, trazendo-lhes maior visibilidade. Nesse sentido, é preciso verificar como a questão transfronteiriça vem sendo tratada no âmbito do MERCOSUL, a fim de compreender que papel podem exercer as cidades para sua realização, e, com isso, apontar no que pode a Rede Mercocidades, como representante dos municípios junto ao bloco, contribuir. É o que segue.

A integração fronteiriça no seio do MERCOSUL: a mediação viável para o desenvolvimento da temática por parte da Rede Mercocidades

O MERCOSUL, enquanto processo de integração regional, refere-se intrinsecamente à questão transfronteiriça. Isso se deve, segundo Losada e Sadeck, ao fato de as fronteiras apresentarem um papel essencial no cenário globalizado, pois representam os *loci* naturais para a realização de programas e projetos de cooperação, seja bi ou multilateral, e de integração, para aproximação de países. (LOSADA; SADECK, 2015, p. 41).

Isto é visível em razão de que, a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000, a agenda da integração regional sul-americana passou a abarcar novas questões, em decorrência do "novo ciclo político" (BERMUDEZ TORRES, 2011, p. 121), que promoveu a renovação política e ideológica dos governos nacionais sul-americanos. Nesse viés, houve o relançamento do MERCOSUL[7], o qual passou a abarcar agendas de cooperação em temas como democracia, direitos humanos, educação, cultura, fronteiras, entre outras. Então, o MERCOSUL, ao orientar-se pela proposta de maior aproximação, através de interesses convergentes entre seus membros, passa a buscar a construção de um espaço de interdependência entre estes, permitindo a inclusão de outras discussões no seio de suas instâncias decisórias (ALMEIDA PRADO, 2015, p. 56, 63).

Com isso, segundo Almeida Prado, houve "...a criação de grupos de trabalho e instituição de órgãos distintos para atender à crescente demanda de diálogo intrabloco nos mais variados temas" (ALMEIDA PRADO, 2015, p. 63). Dentre estes temas, inseriu-se a questão fronteiriça. Foi nessa conjuntura que se criou, em 2002, pela Decisão CMC n. 05/2002, o Grupo Ad Hoc sobre Integração Fronteiriça (GAHIF), para propiciar a melhoria da qualidade de vida das populações, pela elaboração de propostas de normas para facilitar as relações entre as comunidades transfronteiriças, tanto em aspectos comerciais como em assuntos ligados à saúde, educação, segurança, migração, trabalho, transporte, dentre outros, para impulsionar a integração entre elas. (MERCOSUL, 2014).

Conforme Sausi e Oddone (2015, p. 5), a constituição do GAHIF resultou de negociação frustrada solicitada pelo Brasil para assegurar a livre circulação de pessoas nas regiões fronteiriças. Primariamente, buscava-se que elaborasse um "Estatuto das Fronteiras do MERCOSUL". Ainda, o Brasil propôs, igualmente, a extensão da qualidade de "natural fronteiriço", que aplicava ao Uruguai com base no "Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho dos

[7] Em 2000, os Estados membros do bloco reuniram-se em Buenos Aires e acordaram sobre uma série de medidas visando revigorá-lo e redirecioná-lo, com ênfase na consolidação da união aduaneira, com vistas ao avanço ao mercado comum, no desenvolvimento das relações externas do bloco na região e, principalmente, esforços de maior coordenação nos planos político e social. (VAZ, 2000.p. 3-4).

Nacionais Fronteiriços" a outras regiões do MERCOSUL. Contudo, os negociadores – em especial os paraguaios – preferiram optar por vias bilaterais de articulação.

Nesse passo, o GAHIF aparentou apresentar pouca efetividade no momento de sua instalação no bloco. Mas, segundo Almeida Prado,

> Apesar de pouco dinamismo inicial, alguns temas relevantes ao aprofundamento do processo de integração foram debatidos no grupo. Exemplo disso é o Anteprojeto de Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, que visa melhorar a qualidade de vida da população de fronteira em termos econômicos, de trânsito, de regime de trabalho, de acesso aos serviços públicos e de educação. (ALMEIDA PRADO, 2015, p. 64).

A despeito deste exemplo, entretanto, o GAHIF, ainda existente, apresentou, ao longo de seus treze anos de vigência, poucos avanços (ALMEIDA PRADO, 2015, p. 64). De acordo com Sausi e Oddone (2015, p. 5), as poucas reuniões realizadas ocorreram na ausência de qualquer representação das populações fronteiriças, pois somente os governos nacionais participaram, sem consultar ou chamar a participar quaisquer governos subnacionais, tratando a cooperação fronteiriça mediante a lógica típica do bloco, em caráter "...absolutamente *top-down*". Isso ocorre porque as deliberações ocorrem de modo "vertical e hierarquizado" (ALMEIDA PRADO, 2015, p. 65), centrado na diplomacia tradicional.

Os entes subnacionais possuem, todavia, um espaço de representação junto ao bloco, o já mencionado FCCR. Neste, a integração fronteiriça faz parte do espectro de discussões. Em face disso, estabeleceu-se em seu âmbito o Grupo de Trabalho de Integração Fronteiriça (GTIF), em 2008, para promover estudos e seminários sobre o tema e envolver os membros no debate das questões fronteiriças, sob a perspectiva subnacional (MERCOSUL; FCCR, 2015; ALMEIDA PRADO, 2015, p. 64-65). Ademais, a integração fronteiriça foi eleita como um dos eixos de seu plano de ação atual (MERCOSUL; FCCR, 2015).

No entanto, a eficácia do FCCR para a determinação das políticas adotadas é pequena, em função de seu caráter meramente consultivo, como visto na seção anterior. Com isso, também o impacto do GTIF foi reduzido, restando este, até bem pouco tempo, inerte. O grupo apenas foi reativado recentemente, durante a 45ª Reunião dos Coordenadores Nacionais do FCCR,

realizada no seio da Cúpula do MERCOSUL, ocorrida em Brasília, em 15 de julho de 2015, para construir uma agenda integrada para o fortalecimento e desenvolvimento desses territórios. (BRASIL; PORTAL FEDERATIVO, 2015). Em face disso, é necessário buscar o fortalecimento político do GTIF e do FCCR, a fim de que os trabalhos ali realizados e as recomendações disto resultantes venham a ser realmente acatadas pelo GMC e pelo CMC.

Para tanto, a Rede Mercocidades pode exercer um papel relevante. Isso porque a inserção de cidades dos países membros e associados do bloco em uma Rede, tal qual a Mercocidades, permite-lhes maior aproximação e, com isso, capacitação para a cooperação descentralizada regional e promoção de melhores e mais visíveis oportunidades de realiza-la. Ou seja, uma Rede organizada de relações, ao conectar as cidades, promove maior articulação entre seus governos, gerando possibilidades maiores de gestão compartilhada e de cooperação entre elas, bem como melhores condições expor suas demandas aos governos centrais responsáveis pela condução do bloco regional. Com isso, a Rede oferece-lhes a via adequada para concretizar a integração fronteiriça, pois fortalece os laços políticos e viabiliza ações reais de desenvolvimento dos territórios vizinhos. Assim,

> É através da criação de redes de cooperação entre governos locais que os municípios vêm implementando ações de complementaridade entre as cidades de ambos os lados da fronteira, eliminando barreiras alfandegárias e migratórias, com o objetivo de promover, com suas práticas, a verdadeira integração de zonas e regiões fronteiriças [...]. Para que se possa avançar cada vez mais, há que se promover a eliminação de obstáculos, estabelecendo a cooperação transfronteiriça em todos os aspectos necessário para o desenvolvimento destas áreas, buscando-se implantar um novo conceito de fronteira, dentro de um processo de integração que fortaleça o desenvolvimento e ultrapassem as restrições impostas pelas regras jurídicas vigentes. (GARCIA, 2013/2014, p. 23)

A fim de estimular maiores diálogo e ações entre os municípios sócios, bem como para atrair a participação de novos membros, por entender-se pela extrema relevância da questão fronteiriça para a integração regional e de seu parco desenvolvimento no seio mercosulino na atualidade, a Rede criou, em 2013, durante a sua XVIII Cúpula, realizada em Porto Alegre, a UT de Integração Fronteiriça, coordenada, naquele momento, pela cidade de Bagé, uma cidade fronteiriça, em conjunto com a Secretaria Executiva da Rede

(MERCOCIUDADES, 2014). Esta UT vem funcionando como espaço de discussão dos problemas das cidades de fronteira, visando a ampliar a repercussão das demandas locais nos mais diversos aspectos, como saúde, educação, infraestrutura, transporte, esgotos, etc., envolvendo governos e sociedades civis locais, buscando a articulação com órgãos das administrações estaduais, departamentais, provinciais e nacionais, para debate coletivo de projetos para estas regiões, relativos a arranjos produtivos, qualificação profissional, capacitação para gestão e empreendedorismo, orientação quanto à obtenção de recursos, valorização e divulgação da cultura local, integração das ações de saúde e ensino bilíngue, entre outras questões (GARCIA, 2013/2014, p. 23).

Nesse passo, durante 2014, a UT, mediante sua coordenação e por outras cidades sócias da Rede que dela participam, esteve presente, promovendo discussões e ações de cooperação, em diversos eventos importantes relativos à temática da integração fronteiriça. Por exemplo, participou da reunião do Comitê Binacional de Intendentes, Prefeitos e Alcaldes da Fronteira Brasil-Uruguai e do 2º Encontro das Cidades da Faixa de Fronteira do Rio Grande do Sul, bem como realizou oficina da Rede durante o Seminário Internacional de Regiões de Fronteiras, ocorrido em Foz do Iguaçú, organizado pela Secretaria de Assuntos Federativos da Presidência da República brasileira, que objetivou debater a integração sul-americana, com ênfase no MERCOSUL (GARCIA, 2013/2014, p. 23-24). Com isso, a Rede, pela UT, propôs eixos de atuação para a integração fronteiriça, envolvendo cooperação e gestão conjunta de projetos para desenvolvimento socioeconômico e qualificação da prestação de serviços públicos, para tratar de acessibilidade, território, ambiente e prevenção de riscos de catástrofes, e a assistência técnica para capacitação em elaboração de projetos e acesso a financiamentos internacionais para implementação. (GARCIA, 2013/2014, p. 24-25).

Ademais, a UT, com o FCCR e o GTIF do MERCOSUL, realizou, em Porto Alegre, entre 24 e 25 de setembro de 2015, a primeira reunião do referido Grupo de Trabalho. Neste apresentou-se proposta para a criação das chamadas "MERCORREGIÕES", como espaços de cooperação transfronteiriça, referente ao estabelecimento de ações coordenadas entre autoridades subnacionais

(locais e regionais), com apoio dos governos nacionais, para melhoria de serviços públicos mediante consórcios públicos. A proposta será enviada, como sugestão de nova legislação mercosulina, pelo FCCR ao Conselho Mercado Comum (CMC), órgão decisório do MERCOSUL. (MERCOSUL; FCCR, 2015).

Além destas ações, a Rede Mercocidades, durante a gestão de Porto Alegre em sua Presidência, em 2014, apresentou à *Global Taskforce of Local and Regional Governments for Post-2015 Agenda towards Habitat III*[8] um documento de referência com as contribuições sugeridas pelas cidades sul-americanas para as discussões durante a Conferência Habitat III da ONU em 2016 e suas atividades preparatórias em 2015. Neste documento, a Rede defende que, pela necessidade de fortalecimento dos governos locais e da participação cidadã para o desenvolvimento urbano global, no caso de cidades inseridas em processos de integração regional, deve se considerar evidente que esta somente pode se dar pela redefinição do conceito de fronteiras. A Rede sustenta ser preciso colocar em prática ações de aproximação das cidades vizinhas, colocando-as como caminhos para a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais nos Estados participantes destes processos. (MERCOCIUDADES, 2014).

Nesse passo, a Rede defende serem os governos locais responsáveis por afirmar junto aos governos nacionais uma nova ideia de fronteira, não mais calcada na simples limitação do território e na garantia da segurança nacional. Ou seja, a Rede sustenta que as fronteiras devam ser entendidas como caminhos de abertura à integração regional e à interconexão entre este espaço

[8] Esta Força-Tarefa foi formada a convite do Sr. Kadir Topbas, Prefeito de Istambul, Presidente da organização Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU/UCLG), em função de este ter sido convocado como membro do Painel de Alto Nível (PAL/HPL) do Secretário Geral das Nações Unidas de pessoas eminentes na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. A Força-Tarefa reúne líderes de governos locais e regionais e organizações globais pertinentes. A sua finalidade é a construção conjunta de estratégia para contribuir com os debates de política internacional realizados no âmbito da Agenda Pós-2015, o acompanhamento das decisões tomadas na Conferência Rio+20 e delineamentos direcionados à Conferência Habitat III. Nesse sentido, destaca a ação dos governos locais e regionais nas questões de Prestação de Serviços Básicos (educação básica, saneamento, água, planejamento urbano e territorial, proteção ambiental, entre outros), que são essenciais para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza, e de Coesão Territorial (que trata dos problemas de expansão decorrentes do aumento da urbanização), os quais não podem ser enfrentados de modo eficaz por organismos internacionais e governos centrais, distanciados do cotidiano das populações. Tendo em vista isso, a Rede Mercocidades foi chamada a fazer parte desta Força-Tarefa, juntamente com outras organizações representativas de governos locais e regionais. (GLOBAL TASKFORCE OF LOCAL AND REGIONAL GOVERNMENTS, 2016).

com os cenários local/nacional e global, em que se dê o estabelecimento de cooperação em políticas públicas que atendam a demandas da população envolvida. E isto deve enfocar especialmente o que toca à concretização do direito à saúde e ao combate à pobreza, gerando uma governança multinível para o estabelecimento de medidas aptas a proporcionar o desenvolvimento solidário e igualitário entre centro e periferias. Em função disso, é prioridade para a Rede, bem como deve ser elevado a eixo fundamental de todos os países membros e associados a processos regionalistas, e a processos maiores de inserção global, a integração fronteiriça. É preciso sublinhar a importância da integração regional como elemento fundamental no processo de internacionalização das cidades, como referência para a implementar políticas tendentes de desenvolvimento. (MERCOCIUDADES, 2014).

E, a Rede vem reforçando este posicionamento, mediante a recém-criada Vice-Presidência de Integração Fronteiriça, exercida justamente pela cidade de Porto Alegre, coordenadora do trabalho que resultou no referido documento. Esta Vice-Presidência, em conjunto com a UT de mesmo tema, vem congregando as cidades fronteiriças membros da Rede para envidarem esforços em concretizar esta tarefa. (MERCOCIUDADES, 2016).

Diante disso, percebe-se que se iniciaram alguns passos para fomentar a integração fronteiriça, podendo-se realizar muitos outros, sendo importante a promoção de mais ações conjuntas pelos governos locais para seus projetos comuns, constituindo-se a Rede Mercocidades, com sua UT específica, adequado e viável instrumento para as cidades de fronteira qualificarem suas iniciativas nesta temática (GARCIA, 2013/2014, p. 25). A Rede, ao estar conectada a diversas esferas institucionais do MERCOSUL, pode proporcionar maior visibilidade e alcance às demandas fronteiriças, a fim de consolidar sua presença na pauta de discussões e decisões do bloco definitivamente.

Nesse diapasão, ao inserir-se na Rede, as cidades dispõem de um facilitador para o debate e cooperação em matéria transfronteiriça. Isto lhes permite construir mecanismos mais solidamente capacitados para coordenar suas atividades de cooperação descentraliza, concretizando parcerias estratégicas para o desenvolvimento local, por ações colaborativas nos espaços de fronteira (ALMEIDA PRADO, 2015, p. 77). Podem, assim, via participação na

Rede, encontrar maior unidade e, com isso, maior força para garantir à sua participação no FCCR e no MERCOSUL mais efetividade, realizando concretamente projetos de melhoria das condições de vida das populações de fronteiras e, consequentemente, de toda a região.

Considerações Finais

A tendência hodierna de os atores subnacionais assumirem maior autonomia nas relações internacionais serve de alerta para os organismos internacionais. Eles demandam espaço de inserção, e os processos de integração regional se mostram aptos a acolhê-los.

A Rede Mercocidades, como um desses atores, aproximou-se do MERCOSUL, operando junto a este. Nesse passo, examinou-se como se dá esta relação, encontrando-se no bloco espaço institucionalizado para participação da Rede, o FCCR. Contudo, como se trata de órgão meramente consultivo, isto dificulta os reflexos da atuação da Rede em termos de influência nas decisões tomadas pelo bloco. Apesar disso, a Rede pode utilizar-se da participação no órgão, para direcionar suas decisões com relação a projetos de desenvolvimento regional via FOCEM.

Além disso, a Rede tem envidado esforços no sentido de garantir articulação com outros órgãos do MERCOSUL, que trabalhem com temas comuns aos seus, como é o caso do ISM e da UPS, com os quais a Rede possui convênio de cooperação. Assim, a Rede tem encontrado espaços institucionais junto ao MERCOSUL para tentar, pela sua atuação, incluir demandas municipais na condução das atividades do bloco, ainda que tais espaços precisem de reforço político para ter um maior e efetivo impacto.

Nesse sentido, tendo em vista o caráter ainda centralizador da tomada de decisões do bloco, a Rede, ao se articular com outros espaços institucionais deste, incrementa as chances de que as demandas dos governos locais possam influenciar a adoção de políticas integracionistas. Isto é de extrema relevância no que tange à ampliação dos esforços para o desenvolvimento da questão fronteiriça.

Como visto, o bloco dispõe, em sua institucionalidade, de poucos órgãos dedicados ao tema, o GAHIF e o GTIF, os quais apresentaram impacto reduzido e parca atuação desde seu estabelecimento. Para que os municípios possam adquirir maior influência na determinação de políticas de integração fronteiriça, auxiliando a desenvolvê-las no âmbito mercosulino, uma via importante e adequada parece ser o reforço da atuação da Rede Mercocidades. Esta, como foro de cooperação entre as cidades sul-americanas, pode dar maior visibilidade e coesão à atuação do FCCR e dos demais órgãos dedicados à temática transfronteiriça, pela adesão e participação de cada vez mais municípios em suas reuniões, projetos e programas. Isto fará com que, por estarem mais e melhor articulados, os governos locais passem a apresentar uma voz uníssona e mais forte, proporcionando condições mais adequadas de negociação e influência nas relações com os governos centrais que comandam o bloco.

Assim, a Rede pode contribuir ao reforço político do espaço institucional destinado aos entes subnacionais no MERCOSUL. Pode, portanto, auxiliar, pelas ações realizadas mediante sua UT especificamente dedicada à questão, a ampliar e aprofundar as discussões sobre o tema transfronteiriço no bloco, bem como a estabelecer projetos e ações concretas para o desenvolvimento das cidades de fronteira e da região como um todo.

Referências

ANDRADE E BARROS, Marinana. *Atuação internacional dos governos subnacionais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

BERMUDEZ TORRES, César Augusto. MERCOSUR Y UNASUR: Una mirada a la integración regional a comienzos del siglo XXI. *Analisis Político*, Bogotá, v.24, n. 72, p. 115-131, mai/ago. 2011.

BRASIL; PORTAL FEDERATIVO. *Governos locais do Mercosul reativam Grupo de Trabalho de integração fronteiriça*. 15/07/2015. Disponível em: http://www.portalfederativo.gov.br/noticias/destaques/governos-locais-do-mercosul-reativam-grupo-de-trabalho-de-integracao-fronteirica-1. Acesso em: 01 ago. 2015.

CASTELO BRANCO, Álvaro Chagas. A paradiplomacia como forma de inserção internacional de unidades subnacionais. *Prismas*: Dir., Pol.Pub. e Mundial., Brasília, v.4, n, 1, p. 48-67, jan/jul. 2007.

DE MATOS, Giovanna Arjonilla; STEFFEN, Nathalie Padovani. A rede Mercocidades e o Mercosul: atuação em rede através do FCCR. *Conjuntura Internacional*, Belo Horizonte, v.9, n. 5, p. 31 - 39, 2o sem. 2012.

DUCHACEK, Ivo D. Perforated sovereignties: toward a typology of new actors in international relations. In*:* MICHELMANN, H. J; SOLDATOS, P. *Federalism and*

international relations: the role of subnational units. Nova York: Oxford University Press, 1990, p. 16-27.
FRONZAGLIA, M. L. *Unidades Subnacionais*: um estudo de caso sobre a cidade de São Paulo – de 2001 a 2004. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Campinas. Campinas, 2005.
GARCIA, Ronaldo. Mercocidades e a Integração Fronteiriça. *Diálogo* – Protagonismo Cidadão e Identidade Regional, 30ª Edição, p. 23-25, 2014.
GLOBAL TASKFORCE OF LOCAL AND REGIONAL GOVERNMENTS. *About Us*. Disponível em: http://www.gtf2016.org/#!about-us/c1qv7. Acesso em 22 mar. 2016.
HAFTECK, Pierre. *An Introduction to Decentralized Cooperation*: Definitions, Origens, and Conceptual Mapping. Public Administration and Development, n. 4, p. 333-345, Out./2003.
KLEIMAN, Alberto. Processo de Institucionalização de Mercocidades. Da REMI ao FCCR. In: MERCOCIDADES. *15 Años de Mercociudades.* Rosario: Aquatint, 2010, p. 61-64.
LOSADA, Paula Ravanelli; SADECK, Bruno. O papel da fronteira na integração regional – o caso do consórcio intermunicipal de fronteira. In: ESPÓSITO NETO, Tomaz; ALMEIDA PRADO, Henrique Sartori de. *Fronteiras e relações internacionais*. Curitiba: Íthala, 2015, p. 37-53.
MERCOCIUDADES. *Estatuto y Reglamento* de Mercociudades. Disponível em: http://www.mercociudades.org/node/2273. Acesso em: 22 mar. 2016.
_____. *Autoridades*. Consejo. Disponível em: http://www.mercociudades.org/node/2275#consejo. Acesso em: 22 mar. 2016.
_____. *Unidades Temáticas.* Disponível em: http://www.mercociudades.org/node/2286. Acesso em: 22 mar. 2016.
_____. *Avanços e Proposta de Trabalho da Unidade de Participação Social do MERCOSUL.* Disponível em: http://www.mercociudades.org/pt-br/node/4666. Acesso em: 22 ago. 2014.
_____; ISM. *Convênio Marco de Cooperação entre o Instituto Social do MERCOSUL e a Rede Mercocidades.* Disponível em: http://mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/Convenio%20de%20Cooperaci %C3%B3n_Mercociudades_ISM_firmado%205%20nov_2012.pdf. Acesso em: 22 ago. 2014.
_____. *Informe da Secretaria Executiva e Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades* – Período 2013/2014. Disponível em: http://www.mercociudades.org/node/2108. Acesso em: 20 jun. 2015.
_____. *Ata da XVIII Cúpula das Mercocidades*, realizada em Porto Alegre no ano de 2013. Disponível em: http://www.mercociudades.org/node/2131. Acesso em: 20 dez. 2014.
_____. *Documento de Referência da Rede Mercocidades para Global Taskforce e Habitat III (ONU/Habitat)*. Porto Alegre, 2014.
MERCOSUL. *CMC/Decisão n. 41/2004*. Disponível em: http://www.mercosur.int/innovaportal/v/580/1/secretaria/decisiones_2004. Acesso em: 22 ago. 2014.
_____. *CMC/Decisão n. 05/2002*. Disponível em: http://www.mercosur.int/innovaportal/v/580/1/secretaria/decisiones_2002. Acesso em: 22 ago. 2014.
_____. *Em poucas palavras.* Disponível em: http://www.mercosur.int/t_generic.jsp?contentid=3862&site=1&channel=secretaria&seccion =2. Acesso em: 22 ago. 2014b.
_____; FCCR. *Regimento Interno do FCCR.* Disponível em: https://www.mrecic.gov.ar/userfiles/regimento_fccr_port.pdf. Acesso em: 22 ago. 2014.

_____;_____. *Ata n. 01/2008* - VII Reunião de Coordenadores Nacionais do FCRR. Disponível em: http://www.fccrmercosur.org/web/vii-reunion-de-coordinadores-del-fccr-17-mar-2008/. Acesso em: 01 ago. 2015.
_____;_____. *Plano de Ação 2013-2014*. Disponível em: http://www.fccrmercosur.org/web/plan-de-accion/. Acesso em: 01 ago. 2015.
_____; _____. *Ata da Primeira Reunião do Grupo de Trabalho de Integração Fronteiriça*. Porto Alegre, 2015.
_____; FOCEM. *O que é o FOCEM?* Disponível em: http://www.mercosur.int/focem/index.php?id=que-es-el-focem. Acesso em: 22 ago. 2014.
_____; ISM. *Institucional.* Disponível em: http://ismercosur.org/pt-br/institucional/. Acesso em: 22 ago. 2014.
PRADO, Henrique Sartori de Almeida. A cooperação descentralizada e transfronteiriça no MERCOSUL: a construção de um regime simbólico. In: ESPÓSITO NETO, Tomaz; PRADO, Henrique Sartori de Almeida. *Fronteiras e relações internacionais*. Curitiba: Íthala, 2015, p. 55-82.
PRAZERES, Tatiana Lacerda. Por uma atuação constitucionalmente viável das unidades federadas brasileira. In: VIGEVANI, Tullo (Org.). *A dimensão subnacional e as reações internacionais*. São Paulo: Unesp, 2004, p. 283-312.
RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. *Política Externa Federativa.* Análise de Ações Internacionais de Estados e Municípios Brasileiros. Tese de doutorado. PUC-SP. São Paulo, 2004.
SAUSI, José Luis Rhi; ODDONE, Nahuel. *A cooperação transfronteiriça entre as unidades sub-nacionais do MERCOSUL*. Tradução de Thauan Santos. Disponível em:http://www.paradiplomacia.org/upload/downloads/31b47f3b39a610539b7531841e5f2795 doc1port.pdf. Acesso em: 20 jun. 2015.
TAVARES, Rodrigo. Foreign Policy goes Local. *Foreign Affairs*, 09/10/2013. Disponível em: http://www.foreignaffairs.com/articles/140091/rodrigo-tavares/foreign-policy-goes-local. Acesso em: 10 out. 2013.
VAZ, Alcides Costa. O Relançamento do MERCOSUL. *Boletim Meridiano 47*, Brasília, n. 1, p. 3-4, jul. 2000.

Recebido em 10 de agosto de 2017.
Aprovado em 03 de novembro de 2017.